

2017

RELATÓRIO E CONTAS

CASBI

CENTRO DE CONVÍVIO E APOIO SOCIAL BIDOEIRENSE



31 DE DEZEMBRO DE 2017

CASBI - Centro de Convívio e Apoio Social Bidoeirense
Instituição Privada de Assistência Social
RUA SÉRGIO JOSÉ DE
SILVA, 10000-000, CIDADE
DE BIDOÉRE, ESTADO DE PERNAMBUCO
CNPJ Nº 14.080.800/01-00

ÍNDICE

Índice.....	1
Relatório de Gestão.....	3
Preâmbulo.....	3
Entidade.....	3
Análise da Entidade.....	3
A evolução da gestão: Investimentos e desinvestimentos.....	4
A evolução da gestão: Análise económico-financeira.....	4
A evolução da gestão: Recursos humanos.....	6
Considerações finais.....	6
Acontecimentos após a data do balanço.....	7
Proposta de aplicação dos resultados.....	7
Balanço nos períodos de 2016 e 2017.....	8
Demonstração dos resultados por naturezas nos períodos de 2016 e 2017.....	9
Demonstração dos fluxos de caixa nos períodos de 2016 e 2017.....	10
Anexo às demonstrações financeiras a 31 de dezembro de 2017.....	11
1. Identificação da entidade.....	11
2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras.....	11
3. Principais políticas contabilísticas.....	11
3.1 – Bases de apresentação.....	11
3.1.1. – Continuidade.....	11
3.1.2. – Regime de periodização económica.....	12
3.1.3. – Consistência de apresentação.....	12
3.1.4. – Materialidade e agregação.....	12
3.1.5. – Compensação.....	12
3.1.6. – Informação comparativa.....	12
3.2 – Políticas de reconhecimento e mensuração.....	13
4. Fluxos de caixa.....	18

	<small>(montantes expressos em euro)</small>
5. Vendas e prestações de serviços.....	18
6. Subsídios à exploração.....	18
7. Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas.....	19
8. Fornecimentos e serviços externos.....	19
9. Gastos com o pessoal.....	19
10. Outros rendimentos.....	20
11. Outros gastos.....	20
12. Gastos/reversões de depreciação e amortização.....	20
13. Juros e gastos similares suportados.....	21
14. Ativos fixos tangíveis.....	21
15. Investimentos financeiros.....	21
16. Outros créditos e ativos não correntes.....	21
17. Créditos a receber.....	22
18. Diferimentos.....	22
19. Caixa e depósitos bancários.....	22
20. Fundos patrimoniais.....	22
21. Financiamentos obtidos.....	23
22. Fornecedores.....	23
23. Estado e outros entes públicos.....	23
24. Outros passivos correntes.....	24
25. Acontecimentos após a data do balanço.....	24
26. Data de autorização para emissão.....	24
27. Outras informações.....	24

RELATÓRIO DE GESTÃO

Com referência a 31 de dezembro de 2017.

Preâmbulo

Vem a Direção apresentar o Relatório de Gestão e Contas da CASBI – Centro de Convívio e Apoio Social Bidoeirense, (adiante designada por “Entidade” ou “CASBI”), relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, e que compreendem, nomeadamente:

- Relatório de gestão;
- Balanço;
- Demonstração dos resultados por naturezas;
- Demonstração dos fluxos de caixa;
- Anexo.

Entidade

A CASBI é uma instituição sem fins lucrativos, fundada em 1995 constituída sob a forma de Instituição Particular de Solidariedade Social e tem como principal objetivo o apoio social de crianças e idosos.

Análise da Entidade

Tendo em conta a atual conjuntura económica geral, a Direção analisou de forma consciente o papel da instituição nas respostas comunitárias, assegurando o seu normal funcionamento, não só nas necessidades da instituição, mas também assumindo a sua responsabilidade social a nível local.

Foram reforçadas parcerias com diversas entidades oficiais, nomeadamente Segurança Social, Município de Leiria, Junta de Freguesia de Bidoeira de Cima entre outras, com vista à obtenção de apoios financeiros, cedência de equipamentos, meios técnicos e logísticos, para rentabilizar e desenvolver projetos e ações.

A CASBI conta ainda com o apoio e carinho já demonstrado pela população e empresas da freguesia da Bidoeira de Cima, sendo caracterizada como uma mais-valia para a população.

A CASBI presta serviços de apoio social a idosos, tendo como valências o Apoio Domiciliário, Centro de Dia e Centro de Convívio. Neste momento conta com 42 utentes no Apoio Domiciliário, 10 utentes no Centro de Dia e 15 no Centro de Convívio. No Apoio Domiciliário foi objetivo da CASBI prestar os melhores serviços de acompanhamento e apoio aos utentes. Esta valência inclui o fornecimento de refeições, a higiene pessoal, o tratamento de roupas, limpeza do domicílio, entre outros serviços que estejam ao alcance da instituição.

No Centro de Convívio e Centro de Dia são desenvolvidas atividades ocupacionais e entretenimento para os utentes, tais como sessões de ginástica, animações culturais e musicais, utilização de meios informáticos, passeio, etc.

O apoio social a crianças é outra das valências que a CASBI tem como objetivo. Neste momento esta valência conta com 39 crianças. Proporcionando uma proximidade física importante entre avós e netos, este projeto está a ser desenvolvido dentro de um conceito de aproximação intergeracional.

A evolução da gestão: Investimentos e desinvestimentos

Foram feitos os investimentos necessários ao normal funcionamento da Entidade, conforme se pode verificar pelo quadro abaixo:

Investimentos	2017	2016	Variação (%)
Edifícios e outras construções	0,00	21.684,43	0,00%
Equipamento básico	4.367,37	295,20	1379,46%
Equipamento de transporte	52.665,00	0,00	100,00%
Equipamento administrativo	0,00	454,90	0,00%
Outros ativos fixos tangíveis	0,00	115,00	0,00%
TOTAL	57.032,37	22.549,53	152,92%

Foram adquiridas duas viaturas para substituição direta uma vez que já se encontravam com elevado nível de desgaste, o que justifica o elevado aumento dos investimentos, principalmente no equipamento de transporte.

A evolução da gestão: Análise económico-financeira

A situação financeira da Entidade evoluiu da seguinte forma:

Balço	2017	2016	Variação (%)
Ativo	960.639,51	902.717,34	6,42%
Passivo	162.052,25	124.346,27	30,32%
Fundo Patrimonial	798.587,26	778.371,07	2,60%

O ativo apresentou em 2017, um aumento de 6%, ascendendo no final do exercício a 960.640 euros. Para esta variação, contribuiu o aumento das rubricas “Ativos fixos tangíveis” e “Outros créditos e ativos não correntes”.

O passivo, no montante de 162.052 euros, registou um aumento de 30%, comparativamente ao exercício anterior. Este aumento está em grande parte relacionado com o aumento das rubricas “Financiamentos obtidos” e “Fornecedores”.

O fundo patrimonial ascendia a 798.587 euros, registando um ligeiro acréscimo comparativamente com o ano anterior.

Rendimentos

Detalhe dos Rendimentos	2017	2016	Variação (%)
Prestações de serviços	198.627,77	179.622,01	10,58%
Subsídios à exploração	256.324,66	258.556,94	-0,86%
Outros rendimentos e ganhos	27.586,34	33.046,94	-16,52%
Juros, dividendos e outros rendimentos	0,00	0,61	0,00%
TOTAL	482.538,77	471.226,50	2,40%

Os rendimentos tiveram um incremento de cerca de 2% de 2016 para 2017, ascendendo no final do exercício a 482.539 euros.

Gastos

Detalhe dos Gastos	2017	2016	Varição (%)
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-91.505,25	-84.607,57	8,15%
Fornecimento e serviços externos	-69.666,45	-61.826,65	12,68%
Gastos com o pessoal	-287.740,04	-261.502,38	10,03%
Gastos de depreciações e amortização	-27.446,25	-25.389,39	8,10%
Outros gastos e perdas	-4.173,28	-1.906,46	118,90%
Gastos e perdas de financiamento	-145,75	0,00	100,00%
TOTAL	-480.677,02	-435.232,45	10,44%

Os gastos globais ascenderam a 480.677 euros, apresentando um acréscimo de cerca de 10% comparativamente ao exercício anterior. De referir que este aumento está na sua grande parte relacionado com o acréscimo das rubricas “Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas” e “Gastos com o pessoal” face a 2016.

Fornecimentos e serviços externos

Detalhe dos Fornecimentos e serviços externos	2017	2016	Varição (%)
Serviços especializados	23.192,99	20.308,01	14,21%
Materiais	3.936,26	4.202,74	-6,34%
Energia e fluídos	22.833,39	20.615,97	10,76%
Serviços diversos	19.703,81	16.699,93	17,99%
TOTAL	69.666,45	61.826,65	12,68%

Os fornecimentos e serviços externos aumentaram em relação ao ano anterior, totalizando 69.666 euros, tendo a rubrica “Serviços diversos” contribuído em grande parte para esta variação.

Resultados

Detalhe dos Resultados	2017	2016	Varição (%)
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	29.453,75	61.382,83	-52,02%
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	2.007,50	35.993,44	-94,42%
Resultado antes de impostos	1.861,75	35.994,05	-94,83%
Resultado líquido do período	1.861,75	35.994,05	-94,83%

De 2016 para 2017, o resultado líquido do exercício, registou uma diminuição, totalizando 1.861 euros.

Rácios

Desempenho económico	2017	2016	Variação (%)
Volume de negócios	198.627,77	179.622,01	10,58%
Gastos operacionais	-480.531,27	-435.232,45	10,41%
Cash flow operacional (EBITDA)	29.453,75	61.382,83	-52,02%
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos) (EBIT)	2.007,50	35.993,44	-94,42%
Resultado líquido do período	1.861,75	35.994,05	-94,83%
Indicadores	2017	2016	Variação (%)
Margem EBITDA	14,83%	34,17%	-56,61%
Rendibilidade	2017	2016	Variação (%)
Margem operacional	1,01%	20,04%	-94,96%
ROI - Return on investment	0,21%	3,99%	-94,76%
ROE - Return on equity	0,23%	4,62%	-94,96%
Financeiros	2017	2016	Variação (%)
Solvabilidade	492,80%	625,97%	-21,27%
Endividamento	20,29%	15,98%	27,02%
Autonomia financeira	83,13%	86,23%	-3,59%

A evolução da gestão: Recursos humanos

Em termos globais, o número de efetivos em 2017 manteve-se face ao exercício anterior, tendo os gastos com o pessoal aumentado em 10%, totalizando 287.740 euros, tal como se poderá observar no quadro abaixo:

Pessoal	2017	2016	Variação (%)
Efetivos médios no ativo	27	27	0,00%
Gastos com o pessoal	-287.740,04	-261.502,38	10,03%
Gastos com o pessoal per capita	-10.657,04	-9.685,27	10,03%

Considerações finais

Ciente dos constrangimentos e obstáculos criados pela situação económica atual, a Direção conta com o apoio imprescindível do Estado, da Segurança Social, bem como do Município de Leiria, Junta de Freguesia de Bidoeira de Cima, associados, empresas da região e particulares.

Apesar do período conturbado e economicamente difícil para todos, temos de reconhecer que continuamos a sentir um grande apoio e solidariedade da população.

A nossa firme convicção passa por desenvolver todos os esforços no sentido de garantir a sua responsabilidade social.

Congratulamo-nos, com as colaborações recebidas ao longo do exercício, e bem assim, queremos manifestar o nosso profundo reconhecimento aos nossos estimados associados, fornecedores, clientes, à banca, ao Fundo de Reestruturação do Setor Solidário, ao Fundo de Socorro Social, bem como a todos os demais colaboradores, pelo seu profissionalismo e empenho, fundamental para o desenvolvimento/crescimento da Entidade.

Acontecimentos após a data do balanço

Não se verificaram acontecimentos após a data do balanço com impacto nas Demonstrações Financeiras. Na presente data a Entidade tem a sua situação regularizada perante a Segurança Social e Estado.

Proposta de aplicação dos resultados

O resultado líquido apurado no exercício foi de 1.861,75 euros (mil oitocentos e sessenta e um euros e setenta e cinco cêntimos). Propomos à consideração da Assembleia Geral que aos resultados seja dada a seguinte aplicação:

- Resultados transitados: 1.861,75 euros

Bidoeira de Cima, 6 de março de 2018



Luís Carrara Mendes
Luís Carrara Mendes

(A Direção)

BALANÇO NOS PERÍODOS DE 2016 E 2017

Balanço	Notas	2017	2016
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	14	866.123,32	836.537,20
Investimentos financeiros	15	1.409,17	671,61
Outros créditos e ativos não correntes	16	44.392,41	10.618,87
Total do ativo não corrente		911.924,90	847.827,68
Ativo corrente			
Inventários	7	1.515,02	3.404,96
Créditos a receber	17	20.287,76	27.993,86
Diferimentos	18	2.567,45	2.292,75
Caixa e depósitos bancários	4, 19	24.344,38	21.198,09
Total do ativo corrente		48.714,61	54.889,66
Total do ativo		960.639,51	902.717,34
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
FUNDOS PATRIMONIAIS			
Reservas	20	44.892,31	44.892,31
Resultados transitados	20	318.137,82	282.143,77
Outras variações nos fundos patrimoniais	20	433.695,38	415.340,94
Resultado líquido do período		1.861,75	35.994,05
Total do fundo patrimonial		798.587,26	778.371,07
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	21	37.236,12	16.333,95
Total do passivo não corrente		37.236,12	16.333,95
Passivo corrente			
Fornecedores	22	32.365,10	24.338,90
Estado e outros entes públicos	23	9.678,29	6.249,92
Financiamentos obtidos	21	23.665,95	21.778,60
Outros passivos correntes	24	59.106,79	55.644,90
Total do passivo corrente		124.816,13	108.012,32
Total do passivo		162.052,25	124.346,27
Total do capital próprio e do passivo		960.639,51	902.717,34

Contabilista Certificado



A Direção



DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS NOS PERÍODOS DE 2016 E 2017

Demonstração dos resultados	Notas	2017	2016
Vendas e serviços prestados	5	198.627,77	179.622,01
Subsídios à exploração	6	256.324,66	258.556,94
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7	-91.505,25	-84.607,57
Fornecimentos e serviços externos	8	-69.666,45	-61.826,65
Gastos com o pessoal	9	-287.740,04	-261.502,38
Outros rendimentos	10	27.586,34	33.046,94
Outros gastos	11	-4.173,28	-1.906,46
Resultado antes de depreciações, gastos de financ. e impostos		29.453,75	61.382,83
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	12	-27.446,25	-25.389,39
Resultado operacional (antes de gastos de financ. e impostos)		2.007,50	35.993,44
Juros e rendimentos similares obtidos	13	0,00	0,61
Juros e gastos similares suportados	13	-145,75	0,00
Resultados antes de impostos		1.861,75	35.994,05
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		1.861,75	35.994,05

Contabilista Certificado



A Direção



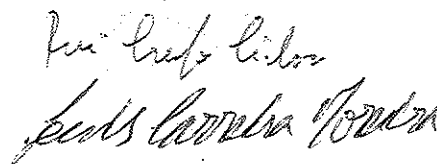
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA NOS PERÍODOS DE 2016 E 2017

Demonstração dos fluxos de caixa	Notas	2017	2016
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS - MÉTODO DIRETO			
Recbimentos de clientes		210.998,61	264.384,98
Pagamentos a fornecedores		-285.068,54	-243.607,40
Pagamento ao pessoal		-204.074,62	-183.140,42
Caixa gerada pelas operações		-278.144,55	-162.362,84
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		0,00	-271,58
Outros recebimentos/pagamentos		309.899,63	214.926,90
Fluxos de caixa das atividades operacionais		31.755,08	52.292,48
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Pagamento respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-54.015,00	-22.549,53
Investimentos financeiros		-847,86	-517,26
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		3.500,00	0,00
Investimentos financeiros		110,30	142,01
Subsídios ao investimento		30.000,00	0,00
Juros e rendimentos similares		0,00	0,61
Fluxos de caixa das atividades de investimento		-21.252,56	-22.924,17
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		17.000,00	0,00
Pagamento respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-24.210,48	-38.511,69
Juros e gastos similares		-145,75	0,00
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		-7.356,23	-38.511,69
Variação de caixa e seus equivalentes		3.146,29	-9.143,38
Efeito das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	21.198,09	30.341,47
Caixa e seus equivalentes no final do período	4	24.344,38	21.198,09

Contabilista Certificado



A Direção



ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS A 31 DE DEZEMBRO DE 2017**1. Identificação da entidade**

A CASBI – Centro de Convívio e Apoio Social Bidoeirense é uma instituição sem fins lucrativos, fundada em 1995 constituída sob a forma de Instituição Particular de Solidariedade Social, com estatutos iniciais publicados no Diário da República n.º 62 de 14/03/1997, Série III, reformulados de acordo com o atual regime jurídico, (Decreto-Lei n.º 172-A/2014 de 14.11), apresentados e aprovados em Assembleia Geral datada de 08/11/2015, com sede na Rua do Outeiro Alto, em Bidoeira de Cima.

Tem como atividade principal o apoio social onde são prestados serviços nas valências de Apoio Domiciliário, Centro de Dia e Centro de Convívio no setor sénior e na valência de Creche no setor juvenil. Como atividade secundária a CASBI fornece refeições para escolas e jardins-de-infância.

As notas que se seguem são apresentadas em Euros.

As notas não mencionadas não se aplicam à Entidade, ou respeitam a fatos ou situações não materialmente relevantes, ou por não se terem verificado durante o exercício em causa.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

Em 2014 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Sector Não Lucrativos é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de março; e
- Normas Interpretativas (NI).

3. Principais políticas contabilísticas**3.1 – Bases de apresentação**

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas de acordo com as bases de apresentação das demonstrações financeiras (BADF):

3.1.1. – Continuidade

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas

operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2. – Regime de periodização económica

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.3. – Consistência de apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4. – Materialidade e agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5. – Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6. – Informação comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

3.2 – Políticas de reconhecimento e mensuração

Ativos fixos tangíveis

Os “Ativos fixos tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As depreciações do período são calculadas tendo em consideração as seguintes vidas úteis:

Edifícios e outras construções:	50 anos
Equipamento básico:	4-6 anos
Equipamento de transporte:	5 anos
Equipamento administrativo:	3-6 anos
Outros ativos fixos tangíveis:	3-6 anos

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Outros rendimentos” ou “Outros gastos”.

Investimentos financeiros

Os “Investimentos financeiros” encontram-se registados ao custo de aquisição ou, no caso dos empréstimos concedidos, ao custo ou custo amortizado. Sempre que existam indícios de que o ativo possa estar em imparidade, é efetuada uma avaliação destes investimentos financeiros, sendo registadas como gastos as perdas por imparidade que se demonstrem existir. Os rendimentos obtidos destes investimentos financeiros (dividendos ou lucros distribuídos) são registados na demonstração dos resultados do período em que é decidida e anunciada a sua distribuição.

Inventários

Os “Inventários” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado. Os Inventários que não sejam geralmente intermutáveis devem ser atribuídos custos individuais através do uso de identificação específica.

Os inventários que a Entidade detém, mas que destinam-se a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados não estão diretamente relacionados com a capacidade de para ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos os “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado;
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes.

i) Clientes e outras contas a receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

ii) Caixa e Depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica “Caixa e seus equivalentes” correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários, ambos imediatamente realizáveis e sem perda de valor.

iii) Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

Financiamentos obtidos

Os “Empréstimos obtidos” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “Encargos Financeiros” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “Juros e gastos similares suportados”.

Os “Encargos financeiros” de empréstimos obtidos relacionados com a aquisição, construção ou produção de investimentos são capitalizados, sendo parte integrante do custo do ativo. A capitalização destes encargos só inicia quando começam a ser incorridos dispêndios com o ativo e prolongam-se enquanto estiverem em curso as atividades indispensáveis à preparação do ativo para o seu uso ou venda. A capitalização cessa quando todas as atividades necessárias para preparar o ativo para o seu uso venda estejam concluídas. Há suspensão da capitalização durante períodos extensos em que o desenvolvimento das atividades acima referidas seja interrompido. Rendimentos que advenham dos empréstimos obtidos antecipadamente relacionados com um investimento específico são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

Fundos patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

Imposto sobre o rendimento

O gasto relativo a Imposto sobre o rendimento do período representa a soma do imposto corrente e do imposto diferido.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis da Entidade de acordo com as regras fiscais em vigor, enquanto o imposto diferido resulta das diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico (quantia escriturada) e os respetivos montantes para efeitos de tributação (base fiscal).

Estado e outros entes públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) “As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;

- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

“A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;
- b) Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor -geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;
- c) Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.”

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos.

Regime de acréscimo

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime de acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as

correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas “Outras contas a receber e a pagar” e “Diferimentos”.

Rédito

O rédito proveniente da venda de bens apenas é reconhecido quando:

- i) São transferidos para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens;
- ii) Não seja mantido um envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse ou o controlo efetivo dos bens vendidos;
- iii) A quantia do rédito pode ser fiavelmente mensurada;
- iv) Seja provável que os benefícios económicos associados com as transações fluam para a empresa;
- v) Os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados.

As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

As restantes receitas e despesas são registadas de acordo com o pressuposto do acréscimo pelo que são reconhecidas à medida que são geradas independentemente do momento em que são recebidas ou pagas.

As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas de Diferimentos ou Outras contas a pagar ou a receber.

Julgamentos e estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras, a Entidade adotou certos pressupostos e estimativas que afetam os ativos e passivos, rendimentos e gastos relatados. Todas as estimativas e assunções efetuadas pelo órgão de gestão foram efetuadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras incluem:

- i) Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e intangíveis;
- ii) Análises de imparidade, nomeadamente de contas a receber;
- iii) Provisões.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas na demonstração de resultados de forma prospetiva.

4. Fluxos de caixa

Fluxos de caixa	2017	2016
Depósitos à ordem		
CA	17.912,44	10.272,47
BPI	565,67	500,67
MG	5.866,27	10.424,95
Sub-Total	24.344,38	21.198,09
TOTAL	24.344,38	21.198,09

5. Vendas e prestações de serviços

O valor líquido das vendas e prestação de serviços reparte-se da seguinte forma:

Vendas e Prestação de Serviços	2017	2016
Mensalidades dos utentes		
Centro de Dia	25.844,50	23.737,00
Apoio Domiciliário	94.012,50	92.835,50
Centro de Convívio	4.490,00	5.972,00
Creche	48.771,90	40.583,51
Sub-Total	173.118,90	163.128,01
Quotizações e jóias	15.530,37	15.676,00
Serviços secundários	9.978,50	818,00
Sub-Total	25.508,87	16.494,00
TOTAL	198.627,77	179.622,01

6. Subsídios à exploração

Os subsídios à exploração recebidos pela Empresa nos exercícios de 2017 e 2016 foram os seguintes:

Subsídios à exploração	2017	2016
Centro Regional da Segurança Social		
Centro de Dia	13.174,49	12.262,32
Apoio Domiciliário	134.994,90	133.091,60
Centro de Convívio	9.712,56	12.660,00
Creche	83.886,84	80.157,28
Sub-Total	241.768,79	238.171,20
Instituto do Emprego e Formação Profissional	13.805,87	20.385,74
Junta de Freguesia da Bidoeira de Cima	750,00	0,00
Sub-Total	14.555,87	20.385,74
TOTAL	256.324,66	258.556,94

7. Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

O valor registado nesta rubrica nos exercícios de 2017 e 2016 detalha-se da seguinte forma:

CMVMC	2017	2016
Matérias-primas		
Inventários iniciais	3.404,96	1.627,62
Compras	89.615,31	86.384,91
Inventários finais	1.515,02	3.404,96
CMVMC	91.505,25	84.607,57

8. Fornecimentos e serviços externos

O valor registado na rubrica “Fornecimentos e serviços externos” nos exercícios de 2017 e 2016 detalha-se da seguinte forma:

FSE	2017	2016
Serviços especializados	23.192,99	20.308,01
Materiais	3.936,26	4.202,74
Energia e fluídos	22.833,39	20.615,97
Serviços diversos	19.703,81	16.699,93
TOTAL	69.666,45	61.826,65

9. Gastos com o pessoal

O valor registado na rubrica “Gastos com o pessoal” nos exercícios de 2017 e 2016 detalha-se do seguinte modo:

Gastos com o pessoal	2017	2016
Remunerações do pessoal	234.604,89	213.509,24
Encargos sobre remunerações	48.282,87	44.711,75
Seguros de acidentes de trabalho	3.219,68	2.279,61
Outros gastos como o pessoal	1.632,60	1.001,78
TOTAL	287.740,04	261.502,38

10. Outros rendimentos

O valor da rubrica “Outros rendimentos” nos exercícios de 2017 e 2016 detalha-se da seguinte forma:

Outros rendimentos e ganhos	2017	2016
Descontos de pronto pagamento obtidos	39,36	0,00
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	5.153,57	0,17
Sub-Total	5.192,93	0,17
Outros rendimentos e ganhos		
Correções relativas a períodos anteriores	2.053,76	0,00
Imputação de subsídios para investimentos	11.645,56	13.819,61
Restituição de impostos	3.732,23	906,43
Donativos	4.542,88	6.779,80
Reembolsos alimentação	413,40	10.822,61
Outros não especificados	5,58	718,32
Sub-Total	22.393,41	33.046,77
TOTAL	27.586,34	33.046,94

11. Outros gastos

O valor da rubrica “Outros gastos” nos exercícios de 2017 e 2016 detalha-se da seguinte forma:

Outros gastos e perdas	2017	2016
Correções relativas a períodos anteriores	3.583,78	1.184,84
Donativos	242,00	204,87
Quotizações	125,00	125,00
Insuficiência da estimativa para impostos	0,00	271,58
Outros não especificados	222,50	120,17
TOTAL	4.173,28	1.906,46

12. Gastos/reversões de depreciação e amortização

Os gastos de depreciação e de amortização nos exercícios de 2017 e 2016 detalham-se do seguinte modo:

Depreciações e amortizações	2017			2016		
	Gastos	Reversão	Total	Gastos	Reversão	Total
Ativos fixos tangíveis						
Edifícios e outras construções	17.731,37	0,00	17.731,37	17.731,37	0,00	17.731,37
Equipamento básico	1.062,47	0,00	1.062,47	333,33	0,00	333,33
Equipamento de transporte	7.061,04	0,00	7.061,04	4.200,00	0,00	4.200,00
Equipamento administrativo	1.591,37	0,00	1.591,37	2.789,48	0,00	2.789,48
Outros ativos fixos tangíveis	0,00	0,00	0,00	335,21	0,00	335,21
TOTAL	27.446,25	0,00	27.446,25	25.389,39	0,00	25.389,39

13. Juros e gastos similares suportados

O valor dos juros e gastos similares suportados, nos exercícios de 2017 e 2016, detalha-se do seguinte modo:

Rendimentos e gastos de financiamento	2017	2016
Juros de depósitos	0,00	0,61
Juros de financiamento obtidos	145,75	0,00
TOTAL	-145,75	-0,61

14. Ativos fixos tangíveis

Em 31 de dezembro de 2017, a quantia escriturada na rubrica “Ativos fixos tangíveis” tinha a seguinte decomposição:

Ativos fixos tangíveis	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Total
Quantia escriturada bruta inicial	62.001,92	886.568,15	54.470,72	111.845,40	20.132,55	10.575,86	1.145.594,60
Depreciações acumuladas iniciais	0,00	123.653,76	54.432,59	103.445,40	16.949,79	10.575,86	309.057,40
Quantia escriturada líquida inicial	62.001,92	762.914,39	38,13	8.400,00	3.182,76	0,00	836.537,20
Adições							
Aquisições	0,00	0,00	4.367,37	52.665,00	0,00	0,00	57.032,37
Total das adições	0,00	0,00	4.367,37	52.665,00	0,00	0,00	57.032,37
Diminuições							
Alienações	0,00	0,00	0,00	28.321,74	0,00	0,00	28.321,74
Depreciações	0,00	17.731,37	1.062,47	7.061,04	1.591,37	0,00	27.446,25
Regularizações	0,00	0,00	0,00	-28.321,74	0,00	0,00	-28.321,74
Total das diminuições	0,00	17.731,37	1.062,47	7.061,04	1.591,37	0,00	27.446,25
Quantia escriturada líquida final	62.001,92	745.183,02	3.343,03	54.003,96	1.591,39	0,00	866.123,32

15. Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros realizados em 2017 e em 2016 foram os seguintes:

Outros ativos financeiros	2017			2016		
	Gasto	Ajustamentos	Valor atual	Gasto	Ajustamento	Valor atual
Outros investimentos financeiros						
Fundo Compensação do Trabalho	1.409,17	0,00	1.409,17	671,61	0,00	671,61
TOTAL	1.409,17	0,00	1.409,17	671,61	0,00	671,61

16. Outros créditos e ativos não correntes

Outros Créditos e ativos não correntes	2017	2016
Outros devedores	44.392,41	10.618,87
TOTAL	44.392,41	10.618,87

17. Créditos a receber

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os créditos a receber apresentavam a seguinte estrutura:

Créditos a receber	2017	2016
Clientes gerais	48,82	167,69
Utentes das atividades séniores	20.072,40	27.824,90
Utentes das atividades juvenis	166,54	1,27
TOTAL	20.287,76	27.993,86

18. Diferimentos

O saldo da rubrica “Diferimentos” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 detalha-se do seguinte modo:

Diferimentos	2017	2016
Gastos a reconhecer		
Outros gastos diferidos	2.567,45	2.292,75
TOTAL	2.567,45	2.292,75

19. Caixa e depósitos bancários

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os saldos incluídos na rubrica “Caixa e depósitos bancários” detalham-se da seguinte forma:

Caixa e depósitos bancários	2017	2016
Depósitos à ordem	24.344,38	21.198,09
TOTAL	24.344,38	21.198,09

20. Fundos patrimoniais

Os fundos patrimoniais da Entidade apresentam o seguinte detalhe:

Fundos patrimoniais	2017	2016
Reservas	44.892,31	44.892,31
Resultados transitados	318.137,82	282.143,77
Sub-Total	363.030,13	327.036,08
Outras variações nos fundos patrimoniais		
Subsídios	433.695,38	415.340,94
Sub-Total	433.695,38	415.340,94
TOTAL	796.725,51	742.377,02

21. Financiamentos obtidos

O saldo incluído na rubrica “Financiamentos obtidos” detalha-se como se segue:

Financiamentos obtidos	2017	2016
Empréstimos bancários	27.568,12	0,00
Empréstimos de entidades públicas	16.333,95	38.112,55
Empréstimos de associados	17.000,00	0,00
TOTAL	60.902,07	38.112,55
Maturidade		
	2017	2016
A menos de 1 ano	23.665,95	21.778,60
A mais de 1 ano e a menos de 5 anos	37.236,12	16.333,95
TOTAL	60.902,07	38.112,55
Passivo não corrente		
	2017	2016
Empréstimos bancários	20.236,12	0,00
Empréstimos de entidades públicas	0,00	16.333,95
Empréstimos de associados	17.000,00	0,00
Sub-Total	37.236,12	16.333,95
Passivo corrente		
	2017	2016
Empréstimos bancários	7.332,00	21.778,60
Empréstimos de entidades públicas	16.333,95	0,00
Empréstimos de associados	0,00	0,00
Sub-Total	23.665,95	21.778,60
TOTAL	60.902,07	38.112,55

22. Fornecedores

O saldo incluído na rubrica “Fornecedores” detalha-se como se segue:

Fornecedores	2017	2016
Fornecedores gerais	32.365,10	24.338,90
TOTAL	32.365,10	24.338,90

23. Estado e outros entes públicos

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os saldos com estas entidades tinha a seguinte composição:

Estado e outros entes públicos	2017	2016
Passivo		
Retenção de imposto sobre o rendimento	461,49	327,85
Imposto sobre o valor acrescentado	42,12	255,57
Contribuições para a segurança social	9.094,91	5.615,15
Outras tributações	79,77	51,35
TOTAL	9.678,29	6.249,92

24. Outros passivos correntes

O saldo incluído na rubrica “Outros passivos correntes” detalha-se como se segue:

Outros passivos correntes	2017	2016
Passivo corrente		
Remunerações a pagar	15.305,59	15.112,02
Credores por acréscimo de gastos	43.801,20	39.514,07
Outros credores	0,00	1.018,81
TOTAL	59.106,79	55.644,90

25. Acontecimentos após a data do balanço

Não se verificaram acontecimentos, após a data de balanço, com impacto nas demonstrações financeiras.

26. Data de autorização para emissão

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foram autorizadas para emissão, pela Direção, em 6 de março de 2018.

27. Outras informações

Na presente data a sociedade tem a sua situação regularizada perante a Segurança Social e Estado.

Bidoeira de Cima, 6 de março de 2018

Contabilista Certificado



A Direção

